

BASTOS, R. B. M.; MIRANDA, M. G. A APRENDIZAGEM NAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO MUNDIALIZADA. In: CONGRESSO DE PESQUISA, ENSINO E EXTENSÃO DA UFG – CONPEEX, 3, 2006. Goiânia. Anais eletrônicos do III Seminário de Pesquisa e Pós-Graduação [CD-ROM], Goiânia: UFG, 2006.

A APRENDIZAGEM NAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO MUNDIALIZADA

BASTOS, Rachel Benta Messias¹; MIRANDA, Marília Gouvea de²

Palavras-chave: Aprendizagem, Política Educacional

1.INTRODUÇÃO (justificativa e objetivos)

Este estudo objetiva apreender como a aprendizagem tem sido tratada nas políticas educacionais, em específico, da década de 1990. Com a modernização tecnológica e informacional, proporcionada pelos desdobramentos do modo de produção capitalista, "... a máquina do mundo parece ter recomeçado a movimentar" (IANNI, 1999, p.21). As formas capitalistas se expandiram por quase todo o globo, produzindo mudanças no modo de ser, pensar e agir da humanidade. Para Ianni (1995) "Esse é o horizonte em que se cria e generaliza a cultura da mundialização, como produto e condição dessa mundialização" (p.98). Desse modo, a educação durante as duas últimas décadas do século XX tornou-se um elemento estratégico de desenvolvimento dos países periféricos na sociedade globalizada, por meio de um discurso que propõe a universalização da educação e a melhoria da qualidade no ensino. A partir dessa demanda do processo econômico, os organismos internacionais, as agências e os governos dos países, pensando a desestruturação social de vários países estabeleceram políticas de reformas para a educação, objetivando solucionar os problemas de exclusão social e o aumento da pobreza no mundo, relacionada à desigualdade de distribuição dos bens materiais produzidas pelo progresso tecnológico, decorrentes do capitalismo. Na América Latina o Banco Mundial (BM) assumiu o desenvolvimento de políticas educacionais e propôs o combate à pobreza, serviços básicos para todos, centralidade do conhecimento, descentralização e privatização (MIRANDA, 1998). Neste sentido, as políticas da educação mundializada, em curso na sociedade contemporânea estão relacionadas à *Conferência Mundial de Educação para Todos* ocorrida em Jontiem na Tailândia, em 1990. A educação proposta enfatizou às Necessidades Básica de Aprendizagem (NEBAS), para melhorar a qualidade de vida, equidade social e universalização do acesso à educação. Trata-se de um fortalecimento político, um compromisso estabelecido com metas a seguir, em busca de condições para uma vida mais justa e com a garantia de conhecimento a todos. Durante toda a década de 1990, várias declarações foram propostas com a finalidade de cumprir com os acordos firmados entre os países que estavam presentes na conferência. Esta foi patrocinada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), Banco Mundial (BM), Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento (PNUD) e (UNICEF). Nesta conferência foi aprovada a Declaração Mundial de Educação para Todos e o Plano de Ação para satisfação das Necessidades Básicas, enfatizando como meta a universalização do acesso a educação básica e o

desempenho na aprendizagem. O Plano de Ação (s/d) “foi concebido como uma referência e um guia para governos, organismos internacionais, instituições de cooperação bilateral, organizações não-governamentais (ONGs), e todos aqueles comprometidos com a meta da educação para todos”. E a Declaração (1993) buscou ampliar os meios de ação básica, concentrar a atenção na aprendizagem, proporcionar um ambiente adequado à aprendizagem, fortalecer alianças, desenvolver políticas contextualizadas de apoio, mobilizar recursos e fortalecer a solidariedade internacional. Neste contexto de reformas educacionais, a UNESCO, organismo internacional e agência especializada da Organização das Nações Unidas (ONU), desempenhou um papel importante na proposta de educação para a sociedade global. A UNESCO tem como ideal ético e moral a formação humana, mas imersa nesse contexto atende aos objetivos imediatos do sistema capitalista, uma vez que precisa viabilizar os projetos do capital. A UNESCO, cada vez mais determinada a pensar a educação, solicitou a uma comissão internacional um relatório sobre a Educação para o século XXI, por considerar que o desenvolvimento não deve ser considerado numa perspectiva restrita e econômica, mas como humano, cultural, em uma relação entre homens. O relatório encomendada à comissão, presidida por Jacques Delors, foi denominado de *Educação: um tesouro a descobrir*. Para essa comissão “as políticas de educação devem deixar transparecer, de modo bem claro, a responsabilidade na edificação de um mundo mais solidário” (DELORS, 1998, p.49). A educação é pensada como permanente e ao longo da vida, “a chave que abre as portas do século XXI” (DELORS, 1998, p.117) compreendido como um princípio universal. É permanente porque “... temos que aprender ao longo de toda a vida e uns saberes penetram e enriquecem os outros” (p.10). Para a reforma em curso, o relatório significou uma contribuição à revisão crítica da política educacional de todos os países, pois com a globalização a função da educação ampliou-se na “aldeia global”. O Relatório Delors (1998) entende a educação como um elemento fundamental na construção dos ideais de paz, liberdade e justiça social. E para a realização da prática educativa, sugeriu quatro pilares, tipos de aprendizagem, *o aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e o aprender a ser*. Segundo o Relatório Delors (1998) o *aprender a conhecer* está relacionado à compreensão do mundo que nos cerca, desenvolvendo a capacidade de comunicar, trabalhar. “Aprender para conhecer supõe, antes de tudo, aprender a aprender, exercitando a atenção, a memória e o pensamento” (p.92). O *aprender a fazer* se refere à formação profissional, à educação ligada ao mundo do trabalho. “Aprender a conhecer e aprender a fazer são, em larga medida, indissociáveis. (...) não pode continuar a ter significado simples de preparar alguém para uma tarefa material...”. E também a aprendizagem não deve ser apenas transmissora das atividades práticas. Já o *aprender a viver juntos* é considerado a meta mais importante a ser alcançada na educação contemporânea “(...) os métodos de ensino não devem ir contra o reconhecimento do outro” (DELORS, 1998, p.98). A educação precisa ensinar os conhecimentos, mas também conscientizar os alunos da importância do outro, do diferente. E o *aprender a ser* é o crescimento integral das pessoas, “espírito, corpo, inteligência, sensibilidade, sentido estético, responsabilidade pessoal, espiritualidade” (p.99). É importante que cada um conheça e compreenda a si mesmo. O Relatório Delors (1998) retomou do Relatório da comissão da década de 70, presidida por Edgar Faure, o aprender a ser. Neste último, “o fim da educação é permitir ao homem ser ele próprio ‘vir a ser’” (FAURE, 1972, p.31). Segundo Evangelista (1997, p.199) o Relatório

Faure, “cumpre a finalidade de colaborar com os governos na formulação de estratégias nacionais para o desenvolvimento da educação (...)”. O relatório Faure (1972) estava interligado com a ajuda internacional, à educação e do desenvolvimento, implementando políticas sugeridas e supervisionadas pela UNESCO. Desse modo, os documentos das políticas educacionais propostos pelos organismos e agências internacionais, impõem aos países da América Latina, como meio de tornarem competitivos no mercado internacional, procedimentos de aprendizagens do desenvolvimento do progresso técnico. Com esses aspectos o fundante é saber buscar informação, o conhecimento é adquirido pela ação, aprender a fazer, aprender a usar, aprender a comunicar. A produção e a difusão do conhecimento é definida como fator do desenvolvimento econômico e social. A aprendizagem então, ganha espaço no cenário de transformações sociais, econômicas e políticas, da sociedade denominada do conhecimento, da globalização, da tecnologia, que exige do indivíduo aprender cada vez mais. De modo geral, existe uma grande ênfase no processo de aprendizagem por parte do discurso que sustenta a atual reforma educacional. Segundo Miranda (2003) a educação contemporânea tenderia a se constituir, cada vez mais, como afirmação do primado da aprendizagem sobre o ensino. Assim, nesse contexto de reforma política e cooperação internacional, o Brasil também assumiu o discurso da educação mundial incorporando-o na prática educativa do país. É um marco de constituição do que é a educação na sociedade globalizada, que “não é um fato acabado, mas um processo em marcha” (IANNI, 2002, p.23). A prática educativa passou a ser pensada não mais via âmbito da nação brasileira, mas por uma ordem global de uma educação universal a todos os povos. Em 1993, foi assinado no Brasil o primeiro plano de trabalho UNESCO e Ministério da Educação e Cultura (MEC), para ajudar na elaboração do Plano Decenal de Educação para Todos. Outras políticas também foram implementadas no Brasil, como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), PROVAO. Em específico, no Plano Decenal de Educação para Todos, no Roteiro para o trabalho da escola, item 2, sobre a A estrutura do relatório-síntese a aprendizagem é denominada na relação com o ensino “são os principais objetivos da ação da escola” (2003). E na Lei Brasileira 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no Título IV Da organização da educação nacional, artigo 13, inciso III a aprendizagem é citada como incumbência ao docente de “zelar pela aprendizagem dos alunos”. Portanto, nos documentos da reforma educacional a possibilidade do aprender é concebida por meio da compreensão de aluno ativo que constrói seu próprio conhecimento mediante a interação com o meio físico e social. Proclamando a autonomia, o professor e o colega somente o auxiliam no processo de aprendizagem, sendo este o caminho para o conhecimento.

2.METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, que objetiva compreender como a aprendizagem tem sido tratada nas políticas educacionais da década de 1990, em específico nos relatórios propostos pela UNESCO e nas declarações da Conferência Mundial de Educação para Todos.

3. DISCUSSÃO / CONSIDERAÇÕES

Na atualidade, a educação contemporânea é discutida em âmbito mundial. Trata-se das reformas políticas educacionais pensadas via relatórios, que propõem como a prática educativa precisa constituir-se em relação às demandas de um sistema econômico capitalista, subsumido a um processo de globalização. Esta adentra a todas as esferas das sociedades, superando as fronteiras políticas por meio de acordos entre as nações, da tecnologia, informação, comunicação e mundialização. Com a globalização, a educação é vista como algo que pode ao mesmo tempo unir as nações em interesses de cooperação internacional e universalizar o acesso ao ensino a todos os povos, independente de raça, etnia, classe social e economia. A dominação sobre os seres humanos continua a ser exercida através do processo econômico (ADORNO, 2001, p.67). Todo o processo tem como objetivo melhorar o desenvolvimento econômico dos países em desenvolvimento, que ainda não conseguiram estabilizar as suas economias e acender socialmente no cenário mundial. A educação, portanto, como meio e fim fundamental desse contexto da globalização e da reforma política, torna-se uma prática social proposta por organismos internacionais, como a UNESCO, que ao solicitar os relatórios *Aprender a ser* (1972) e o *Educação: um tesouro a descobrir* (1998), enfatiza durante décadas a aprendizagem do indivíduo como o percurso a ser seguido para se adquirir o conhecimento e a informação. Nessa sociedade exige-se um sujeito da ação, da prática, da informação, sem oposição de limites, uma vez que são inúmeras as possibilidades de *aprender a aprender, aprender a fazer, a ser, conviver e a viver juntos*. Afirma-se assim, a necessidade de compreender a aprendizagem como histórica, universal, inerente à relação de objetivação do homem no contexto histórico.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor W. *Educação e emancipação*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

DELORS, Jacques et al. *Educação: um tesouro a descobrir*. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC/UNESCO, 1998.

FAURE, Edgar. *Aprender a ser*. Tradução de Maria Helena Cavaco e Natércia Paiva Lomba. 2ª ed. Lisboa: Livraria Bertrand; São Paulo: Difusão Européia do livro, 1972.

IANNI, Octavio. A aldeia global. In: _____. *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995a, p.93-112.

_____. *A sociedade global*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. *A era do globalismo*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MIRANDA, Marília Gouvea. Novo Paradigma de conhecimento e políticas educacionais na América Latina. In: *Cadernos de Pesquisa Fundação Carlos Chagas*. São Paulo, v.100, 1998, p.37-48.

_____. *Projeto de Pesquisa: Psicologia e Educação: um estado da arte da produção discente dos programas de pós-graduação em educação (1971 a 2000)*. UFG, Goiânia, 2001.

_____. *Psicologia e Política educacional*. Goiânia, Ed. UCG, Educativa, v. 6, 2003b, p.219-229.

Documentos

DECLARAÇÃO mundial sobre educação para todos. Satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Aprovada pela conferência mundial sobre educação para todos. Jomtien – Tailândia, 1990. Brasília: MEC, 1993.

LEI 9.394/96, LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL. Brasília: MEC, 1996.

PLANO DECENAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS – Brasília: MEC, 1993.

PLANO DE AÇÃO PARA SATISFAZER AS NECESSIDADES BÁSICAS DE APRENDIZAGEM (s/d).

FONTE DE FINANCIAMENTO – CAPES/UFG

¹ Bolsista CAPES/UFG. Faculdade de Educação – Programa de Pós-graduação – MEB – Mestrado em Educação Brasileira; rachelbenta@hotmail.com.

² Orientadora/Faculdade de Educação/UFG; mgmiranda@uol.com.br